

## **O CORDEL, O NEGRO E A SALA DE AULA: diálogos possíveis**

Paulo de Oliveira Nascimento

Mestrando em História – PPGH/UFPG

### **Introdução**

Havia alguns anos, enquanto visitava meu tio – um senhor de quase 70 anos -, ouvi alguns versos que me chamaram à atenção. Eram mais ou menos assim: “Nego é raiz que apodreceu/casca de judeu/moleque infeliz/vai pro teu país/senão eu te surro/dou-te um murro/tiro teu regalo/cara de cavalo/cabeça de burro”. Mesmo ainda não tendo contato com a Academia e menos com as questões étnicas ligadas ao negro, esses versos soaram mal em meus ouvidos, especialmente pelo fato de meu tio ser negro. Indagado sobre aqueles versos, ele deu a entender que teria sido de sua autoria. Entretanto, a estrutura dos versos, o modo como era pronunciado me faziam refletir sobre a sua origem, por que me trazia lembranças de algumas noites em minha casa, quando minha mãe leu alguns versos sobre Lampião e Antônio Silvino, trazidos do Ceará, por um compadre seu que era devoto de “Padin Ciço” e que anualmente peregrinava até aquele estado.

Já no ano passado, quando buscávamos subsídios para um trabalho didático-pedagógico com a literatura de cordel para nossas aulas de História na E.E.E.F. Felipe Tiago Gomes, nos deparamos com os seguintes versos, que me trouxeram a lembrança dos outros versos proferidos por meu tio, anos atrás: “Negro, és monturo/Molambo rasgado/Cachimbo apagado/Recanto de muro/Negro sem futuro/Perna de tição/Boca de porão/Beiço de gamela/Venta de moela/Moleque ladrão”. Tratava-se, pois, de uma estrofe do cordel intitulado “A peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho do Tucum”, escrito por Firmino Teixeira do Amaral, trecho utilizado para exemplificar o “verso de cinco sílabas”. Naquele momento, vislumbramos a possibilidade de problematizarmos em nossas aulas de História, e a partir do cordel, a questão do negro em nossa sociedade.

Este texto, portanto, é resultado de reflexões empreendidas a respeito do uso do Cordel em sala de aula para trabalhar, problematizar e discutir algumas das questões

inerentes às relações etnicorraciais no contexto escolar, notadamente a questão do preconceito e da discriminação históricas existentes em nossa sociedade. Tais reflexões foram oportunizadas a partir de um trabalho realizado com alunos do 7º ano da E.E.E.F. Felipe Tiago Gomes, em 2011. Percebemos a escola como um espaço privilegiado para ações afirmativas da história e da cultura africana e afrobrasileira e entendemos que a educação formal proporcionada por esta instituição pode oferecer condições de acesso a um conhecimento com equidade. Buscamos discutir as relações possíveis entre História e Literatura e entender o Cordel como um recurso didático-pedagógico importante para a aprendizagem escolar, na medida em que este – por ser expressão cultural nordestina, que tende a despertar a atenção dos alunos, e tratar de temas variados, incluindo aqueles ligados às questões etnicorraciais - pode desempenhar um importante papel na construção do respeito à diversidade etnicorracial e na promoção de um (re)conhecimento que valorize os africanos e afrobrasileiros na composição étnica e cultural do Brasil.

### **História e Literatura, entre diálogos possíveis**

Nossa proposta de trabalhar a Literatura de Cordel nas aulas de História vai ao encontro dos estudos da História Cultural, especialmente nas relações possíveis entre este campo da História e a Literatura. Atentemos para dois aspectos importantes, senão centrais, dessas relações possíveis, sejam eles a) de natureza epistemológica, que equipara o discurso historiográfico ao discurso literário e b) e de natureza investigativa, quando o historiador se apropria do discurso literário para empreender um entendimento sobre determinada época a partir de tal discurso e suas representações.

No que diz respeito ao primeiro destes aspectos - a História enquanto ciência que busca dizer algo sobre o real -, são muitos os debates. Os mais significativos giram em torno de seu caráter narrativo. Haydem White, citado por José Carlos Reis, nos chama a atenção para o fato de historiadores, filósofos e teóricos da literatura insistirem na oposição entre o que é fato e o que é ficção, história e mito, real e imaginário, sendo a história portadora desse fato real e a literatura do ficcional, mitológico e o imaginário. Reis diz que “nenhum historiador oferece ao seu leitor/ouvinte o passado enquanto tal, mas uma narrativa, um livro, um texto, uma conferência, ‘um artefato verbal não sujeito

ao controle experimental e observacional” (REIS, 2010, p. 63). Nesta linha de pensamento, a narrativa historiográfica é percebida como uma construção, feita por seu autor que lança mão de artefatos verbais para fazê-la. “É o ‘estilo do historiador’ que constrói o sentido do passado” (Idem, p. 66).

Numa análise dos argumentos de Paul Ricoeur a respeito da narrativa e do tempo, Reis (2010, p. 70) atesta para o fato de que esta narrativa é a responsável pela reconstrução poética do tempo, oferecendo um reconhecimento desse tempo vivido aos seus leitores. É através da narrativa que o tempo torna-se humano, já que este tempo é impossível de ser totalmente apreendido. A solução seria uma “imitação narrativa” desse tempo, imitação esta que tanto a História quanto a Literatura o fazem.

Neste sentido, a questão principal que se coloca refere-se ao ofício do historiador, quando este utiliza a linguagem para tecer sua narrativa dos acontecimentos históricos. Esta “narrativa e a forma através da qual [os historiadores] constroem a própria noção de temporalidade, e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 43). Esta “arenga” epistemológica, que põe no centro a História e a Literatura, faz ver, segundo o autor supracitado, um certo “medo da Literatura” (Idem, p. 44), medo este ligado ao conceito de Real<sup>1</sup>.

Tanto a História quanto a Literatura falam desse Real e são discursos sobre este Real. A História, com sua pretensão de verdade, faz uso de todo rigor do método científico, enfocando suas ações ainda no tátil, no racional. Trata-se de uma separação entre História e Mito. Na Grécia Antiga, houve uma necessidade, uma luta pela separação, entre “realidade” e “ficção”, onde a História seria este lugar do lógico, do racional, que se oporia à ficção, ao caótico, ao trágico, ao perigoso, à barbárie. Tratava-se de um “fazer-se homem” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 47). Já a Literatura se debruçaria sobre a ficção, sobre o caótico, o insano, o irracional. Esta seria este lugar dos desejos do “devir-animal”, o lugar do mitológico.

No século XIX, a História vai ser transformada em ciência e expurgar o mito de vez. No contexto do pós-Revolução, em que atribui-se ao pensamento mítico os excessos e fracassos da Revolução, “era imperativo colocar-se acima de todo e qualquer impulso para interpretar o registro histórico à luz de preconceitos partidários, expectativas utópicas ou vinculações sentimentais a instituições tradicionais” (WHITE,

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de Real, cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 45.

1994, p. 140). Fazia-se necessário o estabelecimento de um regime de interpretação “que fosse verdadeiramente ‘objetivo’, verdadeiramente ‘realista’. Se os processos sociais e as estruturas pareciam ‘demoníacos’ em sua capacidade de opor-se à direção, de tomar rumos inesperados e de solapar os projetos mais grandiosos”, continua White, “frustrando os desejos mais sinceros, o estudo da história tinha, pois, de ser desmitificado” (Idem). E esta desmitificação, naquele contexto, seria equiparada à desficcionalização. Nisto, caberia à História falar daquilo que passou – fala esta que seria embasada numa objetividade racional – enquanto à Literatura caberia falar dos possíveis da existência humana (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, 48). Por falarem, cada uma a seu modo, precariamente sobre este real, ambas, História e Literatura, precisam unir-se. Esta união faz-se importante na medida em que estes discursos podem oferecer uma visão mais ampla do real, maiores possibilidades de aproximação desse real.

Quando nos referimos àquele segundo aspecto das relações possíveis entre a História e a Literatura - quando o historiador elenca o discurso literário como objeto de estudo, a fim de entender determinada época a partir de tal discurso e suas representações -, adentramos no campo da História Cultural. Esta História Cultural vai eleger novos objetos, novos sujeitos, fazendo-os também sujeitos da história. “O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos” (REIS, 2010, p. 97). A partir daí, o historiador deverá “vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras e a expressão vencida pelo tempo” (Idem) e fará isso lançando mão de fontes que deverão ir além de nomes, documentos oficiais e datas.

Sobre esta questão, Pesavento (2008) afirma que as aproximações e os distanciamentos entre a História e a Literatura vão marcar a atuação dos historiadores que se prestam ao diálogo com esta Literatura. Como afirma aquela autora, Clio e Calíope, participam da criação do mundo, quando se prestam a narrar sobre o real, estas trazem à baila o debate entre verdade e ficção. Para esta autora, o discurso historiográfico usa estratégias retóricas, “estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõe falar” (PESAVENTO, 2008, p. 81) e se prestando uma reconstrução do passado através da linguagem, produzindo, assim, uma verossemelhança com o passado.

A História, aqui, vai ser chamada de “ficção controlada”, notadamente por sua relação intrínseca com o método, um “saber-fazer”. É através do método que o historiador vai transformar os vestígios do passado em fontes, em documentos (PESAVENTO, 2008, p. 63), e vai fazer estes vestígios falarem. Também é o discurso historiográfico uma ficção controlada na medida em que se presta a uma testagem, a uma comprovação (Idem, p. 67), na medida em que o leitor refaz o caminho percorrido pelo historiador que produziu tal discurso. O extratexto, aquilo que revela a erudição, o conhecimento do historiador, a sua capacidade de relacionar o seu objeto com toda a produção que o antecedeu, o dito e o contradito a respeito de tal objeto também vai marcar a História enquanto ficção controlada (Idem).

### **A Literatura de Cordel, o conhecimento histórico e a sala de aula**

Herdeira direta das tradições orais ibéricas, a Literatura de Cordel, em seu conteúdo e forma, congrega uma sonoridade e uma gestualidade próprias que, em uma dança simbiótica, vão ser “‘a palavra gesticulada do poeta’ (...) que emergi dos folhetos, evocando memória e tradição em suas métricas e rimas, por meio de narrativas as mais diversas” (MENDONÇA, 2010, p. 3). Trata-se, pois, de um artefato cultural nascido na segunda metade do século XIX no Nordeste brasileiro, sendo o poeta paraibano Leandro Gomes de Barros aquele que vai dar materialidade para as histórias que eram declamadas (VIANA, 2010, p. 8).

Aclamado como o “verdadeiro príncipe dos poetas brasileiros”, Leandro Gomes de Barros teria imprimido uma identidade nacional para o romanceiro popular brasileiro (Idem, p.9), a) nos temas – cangaço, ciclo do boi, messianismo, seca, etc.; b) na forma – especialmente no emprego da sextilha; e c) na feição gráfica – folheto e “romance”, que seria seriam poemas bem mais longos que aqueles da tradição ibérica, em textos de 32, 48 ou 64 páginas. Nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, Leandro Gomes de Barros “não foi príncipe dos poetas do asfalto, mas foi, no julgamento do povo, rei da poesia do sertão, e do Brasil em estado puro” (ANDRADE apud VIANA, 2010, p. 9).

A Literatura de Cordel, portanto, é percebida enquanto produto expressivamente presente no Nordeste, tendo atuado como *locus* privilegiado para a narração de histórias no sertão. “Acredito”, afirma Oliveira Junior, “que o uso da literatura de cordel [pela

historiografia] se tornou significativo, pois são produções que retratam as linguagens de povos e culturas de modo mais humanístico e sensível, apresentam os meios sociais dos autores, o que eles desejavam descrever, e quais os interesses que eles tinham na construção de determinadas obras” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 32).

Assim como se torna peça importante para a historiografia, a Literatura de Cordel é percebida ainda como um recurso metodológico de extrema importância para ser utilizado na sala de aula. Discorrendo sobre esta ferramenta, num contexto escolar, Alves (2007, p. 19) nos chama a atenção para o fato de o Cordel, hoje, trazer uma variedade de temas - ligados à História, à Biologia, à Ecologia e tantos outros – e de uma maneira mais “livre e brincalhona”. Tendo deixado a função social para a qual foi construído ao longo dos séculos, o Cordel, segundo o autor, pode encantar e fazer com que os alunos e alunas se interessem pelas aulas.

Discorrendo especificamente sobre o Cordel enquanto objeto de pesquisa historiográfica e especialmente como fonte e/ou suporte pedagógico para as aulas de história – quando se trata de folhetos com temas “específicos” da história -, Lacerda e Neto nos chamam a atenção para o fato de que a Literatura de Cordel surgiu como expressão de acontecimentos nordestinos, os chamados “‘folhetos de acontecidos’, aqueles que tratam de informar sobre os ‘últimos acontecimentos’ [e que] são a melhor opção para os professores de História” (2010, p. 226). Os autores definem com passos para a utilização dos Cordéis na sala de aula a) o levantamento dos folhetos que tratam de determinados assuntos e b) a necessidade de problematização destes folhetos, onde devem ser feitas perguntas tais como “quem escreveu?”, “por que?” (Idem, p. 11).

Dito isto, partimos para a utilização do Cordel como recurso didático-pedagógico para nossas aulas para uma turma de 7º ano, abordando-o a partir da perspectiva de uma “Educação para as Relações Etnorraciais”. Nosso intuito era levar para a sala de aula cordéis que suscitasse uma problematização das questões etnicorraciais pautadas atualmente em nossa sociedade.

### **A “Peleja”, o negro e o cordel: trabalhando com questões etnoraciais**

As “pelejas” constituem-se num tipo de desafio entre dois cantadores, e “representam uma das faces mais expressivas nos folhetos de cordel, pois ‘traduzem o

gênio criador do poeta, a imaginação revelada pelos cantadores na disputa” (MARTINS et al, 2008, p. 29). Trata-se, pois de vozes múltiplas, sejam as vozes dos cantadores em disputa, seja a voz do cordelista que põe no papel aquilo que ouviu. Nisto, guardam-se dois aspectos importantes na medida em que a) o relato escrito não costuma ser fiel àquilo que ocorrera oralmente e/ou b) tal fato posto no cordel pode nunca ter existido, constituído apenas pela fala do cordelista (Idem). Nas primeiras estrofes de uma peleja, popularmente chamadas de “versos”, assistimos à apresentação dos cantadores e dos donos da casa onde dar-se tal peleja, o que é chamado de “louvação” (Idem, p. 30). Segue-se ao embate entre os cantadores e vence aquele que fixar melhor o assunto do debate. Para tanto, lança-se mão de trava-línguas – que objetiva atrapalhar o adversário – ou muda-se de gênero (Idem, p. 32).

A “Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho do Tucum” foi escrita por Firmino Teixeira do Amaral, por volta de 1916 (NASCIMENTO, s/d), ou seja, escrita dois anos depois do acontecimento narrado, que teria ocorrido em 1914 (QUEIROZ, s/d, 1994). Apesar do texto ter sido escrito por Firmino, a narração dar-se na voz do Cego Aderaldo, quando aquele diz: “Apreciem meus leitores/uma forte discussão/que tive com Zé Pretinho/Um cantador do sertão/o qual no tanger do verso/Vencia qualquer questão”. Ou seja, Firmino constrói seu texto em nome do Cego Aderaldo.

Tendo saído do Quixadá (Ceará), o Cego Aderaldo chega até a Varzinha (Piauí) e é posto à “fama” de Zé Pretinho pelo “dono da casa” onde se encontrava, sendo este o responsável por organizar a disputa que se segue entre os cantadores. Da 17ª à 29ª estrofes, o leitor tem uma visão geral do cenário de disputa, bem como o bom tratamento dado ao Zé Pretinho e o mal tratamento dado ao Cego Aderaldo pelos anfitriões e por seus espectadores. A peleja em si dar-se a partir da 30ª estrofe, que se estende até a 59ª. Nas estrofes seguintes – da 60ª até a 63ª, que finaliza o cordel - tem-se o desfecho, com a vitória do Cego Aderaldo sobre Zé Pretinho, obtida pelo artifício do trava-línguas.

Reaproveitando temas da tradição oral, “com raízes no Trovadorismo medieval lusitano” (FARIAS, 2010, p. 13), a literatura de cordel é percebida como um “espelho social de seu tempo”, tendo constituído-se, no Nordeste brasileiro, como o “jornal do povo” (Idem). Escrito no início do século XX, num contexto em a “questão negra” era gritante na sociedade brasileira, a “Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho do



Tucum”, faz emergir uma gama de termos negativos a respeito do negro e de sua condição social. A fala do “cego Aderaldo” pode ser entendida como um reflexo daquilo que era – e ainda o é – atribuído ao negro em nossa sociedade.

Num olhar para alguns termos identificadores do negro em livros didáticos de História (NASCIMENTO, 2010), chamávamos a atenção para a linguagem e sua importância na transmissão, recepção e (re)formulação de conceitos sobre o negro em contextos sociais específicos. Percebida enquanto “discurso-ação”, a linguagem transmite ideologias e seus vários tipos “são os mais variados e vão deste a fala, passam pela escrita e chegam, inclusive, aos silenciamentos” (Idem, p. 5). Atentamos, pois, para a conceituação de “branco” e “negro”, inscrita em dicionários – tais como o Aurélio – “considerando que tais conceituações baseiam-se em hábitos culturais” (Idem), sendo estes transmitidos pela linguagem.

A linguagem é um dos veículos centrais na transmissão das ideologias, pois “é capaz de tornar-se o repositório objetivo de vastas acumulações de significados” (...) transmitindo às gerações futuras as concepções e significações construídas e acumuladas por gerações anteriores e possibilitando, assim, a preservação de conceitos e pré-conceitos que subjugam e/ou supervalorizam determinados grupos sociais (SOUSA, 2005, p. 106).

No cordel em análise, percebemos uma gama de adjetivações partidas do Cego Aderaldo para com Zé Pretinho, o seu rival na peleja. Já na 5ª estrofe, em resposta ao “dono da casa” em que se encontrava – aquele havia perguntado se Aderaldo não temia seu rival -, aquele respondeu: “(...) Não senhor/Mas da verdade eu não zombo/mande chamar *esse preto*/Que eu quero dar-lhe um tombo (...)” (Grifo nosso). E as adjetivações alternam-se entre “preto” e “negro”, em tom discriminatório. Na 29ª estrofe, temos: “Afiamos os instrumentos/Entramos em discussão/o meu guia disse assim:/*O negro parece o cão*/Tenha cuidado com ele/Quando entrar em questão” (Grifo nosso). Iniciada a peleja, o Cego Aderaldo tenta ser cordial e gentil para com seu adversário, ao qual é

respondido com ojeriza. Disto, Aderaldo é levado a um “aborrecimento” (36ª estrofe) e explode em versos como estes:

C - Esse negro foi escravo/Por isso é tão positivo/Quer ser na sala de branco/Exagerado e ativo/Negro da canela seca/Todo ele foi cativo (...) C - Negro és monturo/Molambo rasgado/Cachimbo apagado/Recanto de Muro/Negro sem futuro/Perna de tição/Boca de porão/Beiço de gamela/Venta de moela/Moleque ladrão (...) C - Boca de bispote/Venta de boieiro/Tu queres dinheiro/Eu dou-te chicote (...) C – Negro é raiz/Que apodreceu/Casco de judeu/Moleque infeliz/Vai pro teu país/Senão eu te surro/Dou-te até de murro/Tiro-te o regalo/Cara de cavalo/Cabeça de burro (...) C – Negro careteiro (...) Pajé feiticeiro (...) O diabo será teu guia (...).

Terminada a peleja, da qual o Cego Aderaldo sai vitorioso, tem-se os versos seguintes (60ª estrofe), proferidos por certo “capitão Duda”: “(...) Arrede, pra lá negrinho/Vai descansar teu juízo/O cego canta sozinho”. E Aderaldo, na penúltima estrofe, completa dizendo que “(...) Negro não tem pé, tem ganho/Não tem cara, tem rosto/Negro na sala de branco só serve pra dar desgosto”.

Trata-se, pois, de um texto significativo, produzido nas primeiras décadas do século XX e que traz uma forte conotação social em relação ao negro e sua condição social. Discorrendo sobre o preconceito contido na obra, Varneci Nascimento (s/d) atesta para o fato de haver, à época da escrita, uma herança histórica e cultural de preconceito e discriminação contra o negro. Aquele autor afirma que a obra trata de dois sujeitos estigmatizados pela sociedade – um cego e um negro -, ressaltando que ambos buscavam (re)afirmar seu lugar social e, pela natureza da peleja, lançaram mão das armas que dispunham um contra o outro. Se por um lado Nascimento afirma que “pesquisas mostram que perto do fim da vida, o cantador que usara rabeca, instrumento incomum na cantoria, teria pedido desculpas a comunidade negra, pelo seu cantar ofensivo”, por outro destaca as possibilidades dos professores lançarem mão desta obra

para problematizarem questões históricas ligadas ao preconceito e à discriminação contra negros e deficientes em nossa sociedade.

### **Considerações Finais**

Neste texto, pudemos entender o quão os textos da Literatura de Cordel podem ser interessantes como recursos didático-pedagógicos a serem utilizados em sala de aula. Os diálogos possíveis entre História e Literatura, proporcionados pela História Cultura, são importantes tanto para a pesquisa acadêmica quanto para o ensino escolar da disciplina histórica, como podemos observar. Tratando especificamente do Cordel, elencamos alguns motivos, dentre eles a) o fato do Cordel ser expressão popular regional, que atrai a atenção dos alunos, b) ser um material de acesso relativamente fácil, c) dar margem ao trabalho interdisciplinar, d) desenvolver habilidades de leitura e escrita em nossos alunos e alunas, e) ser um material rico quando trata das questões sobre o negro – temos tanto Cordeis antigos, tais como o título acima elencado, quanto atuais, tais como o Cordel “Quilombolas: a revolta dos escravos” entre outros que tratam do tema.

Sobre este último aspecto da Literatura de Cordel, atentamos para as possibilidades de suscitar o debate e problematizar as questões etnorraciais. No caso específico da “Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho do Tucum”, temos um texto significativo, a partir do qual pudemos abordar o contexto de escrita do poema – primeiras décadas do século XX – e o modo como os negros eram tratados na sociedade, tendo ouvido dos alunos e alunas alguns termos discriminatórios contra os negros na atualidade e fazendo um comparativo, sempre explicitando os contextos históricos e deixando claros os motivos de tais atitudes. Nisto, percebemos o quanto ainda estão presentes muitos dos preconceitos e formas de discriminação dos negros, uma herança histórica dos mais de 300 anos de escravização dos africanos. O trabalho com o Cordel foi muito proveitoso, por que chamou a atenção dos alunos e alunas para as questões relacionadas ao preconceito e à discriminação dos negros em nossa sociedade – indo ao encontro de uma “Educação para as relações etnorraciais” nos termos da Lei nº 10.639/2003 - e eles puderam criar versos, fazendo-se parte também sujeitos ativos do processo educativo.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História, a arte de inventar o passado: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALVES, José Hélder Pinheiro. Das praças, das feiras à escola: a poesia de cordel, as parlendas, os trava-línguas. In: MACHADO, Maria Zélia Versiani (org.). **Poesia e Escola**. Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/170116Poesiaescola.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

AMARAL, Firmino Teixeira do. **A peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho**. Disponível em: <<http://jangadabrasil.com.br/dezembro/cn41200c.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FARIAS, Marco Haurélio. Temáticas e características da Literatura de Cordel. In: MENDONÇA, Rosa Helena (org.). **Literatura de Cordel e Escola**. Salto para o Futuro, Ano XX, boletim 16, outubro, 2010, p. 13 – 19.

LACERDA, Franciane Gama; NETO, Geraldo Magella de Menezes. **Ensino e Pesquisa em História: a literatura de cordel na sala de aula**. Revista Outros Tempos, Volume 7, número 10, dezembro de 2010. Disponível em: <[http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Franciane\\_Gama\\_Geraldo.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Franciane_Gama_Geraldo.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MARTINS, Cristiane Roberta; SPIRLANDELLI, Ricardo Rejani; MAGALHÃES, Samuel Pires. **Literatura de cordel em sala de aula: um estudo do gênero**. Trabalho de Conclusão e Curso (Monografia). Uni-FACEF, 2008.

MENDONÇA, Rosa Helena (org.). Apresentação da Série. In: \_\_\_\_\_. **Literatura de Cordel e Escola**. Salto para o Futuro, Ano XX, boletim 16, outubro, 2010.

NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. **“Escravos” ou “Escravizados”: identificações do negro em livros didáticos de História**. Anais do III Seminário Nacional dos Estudos de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Campina Grande – PB: REALIZE Editora, 2010, p. 1 – 12.

NASCIMENTO, Varnei. **Peleja do Cego Aderaldo com Zé Pretinho do Tucum**. Disponível em: <<http://varnecicordel.blogspot.com.br/2012/03/peleja-do-cego-ader...>>. Acesso em: 13 set. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco de. **Antônio Silvino: de governador dos sertões a governador da detenção (1875 – 1944)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Departamento de Letras e Ciências Humanas – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, 152 pp.

QUEIROZ, Rachel de. Prefácio. In: ARAÚJO, Aderaldo Ferreira de. **Eu sou o Cego Aderaldo**. São Paulo: Maltese Editora, 1994.

REIS, José Carlos. **O Desafio Historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: OUANE, Adama (org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 105 – 120.

VIANA, Arievaldo. Origens da Literatura de Cordel. In: MENDONÇA, Rosa Helena (org.). **Literatura de Cordel e Escola**. Salto para o Futuro, Ano XX, boletim 16, outubro, 2010, p. 8 - 12.

VICTTOR, J.; SCHUABB, Paula. **Métricas do Cordel**. Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://www.ablc.com.br/metricas.html>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994, p. 137 - 151.